



**XIV REUNIÃO PLENÁRIA DO COLEGIADO NACIONAL DE DIRETORES E
SECRETÁRIOS DE CONSELHOS DE EDUCAÇÃO**

RELATÓRIO

CODISE

RIO DE JANEIRO
18, 19 e 20 de outubro de 2006



**XIV REUNIÃO PLENÁRIA DO COLEGIADO NACIONAL DE DIRETORES E SECRETÁRIOS DE CONSELHOS DE
EDUCAÇÃO – CODISE – RIO DE JANEIRO
18, 19 e 20 de outubro de 2006**

**Relatório da XIV Reunião Plenária do CODISE –
Colegiado Nacional de Diretores e Secretários de Conselhos de Educação**

APRESENTAÇÃO

O evento foi realizado no Plenário do Conselho Estadual de Educação do Rio Janeiro. Aqui você vai conhecer um pouco mais de como transcorreu a nossa Reunião

Foi um encontro de trabalho muito proveitoso, tanto pelos temas desenvolvidos como pela qualificação dos palestrantes, Conselheiros do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, do Conselho Municipal de Educação de Niterói e técnica do CEE/RJ.

Merece destaque o apoio e o suporte administrativo recebidos do CEE/RJ e sua equipe de funcionários, à frente o Secretário Geral, Professor Nicolau Roberto Feichas.



**XIV REUNIÃO PLENÁRIA DO COLEGIADO NACIONAL DE DIRETORES E SECRETÁRIOS DE CONSELHOS DE EDUCAÇÃO – CODISE – RIO DE JANEIRO
18, 19 e 20 de outubro de 2006**

PALAVRAS DO PRESIDENTE

Na Cidade do Cristo Redentor, que nos abençoa do alto do Corcovado, de onde se descortina um dos mais belos panoramas do mundo, abrangendo a Lagoa, os bairros da zona sul e norte, o centro da cidade e a Baía de Guanabara que tem, como seu guardião, o Pão de Açúcar, um dos mais belos cartões postais do País, encontramos-nos para a realização do XIV Reunião Plenária do Colegiado Nacional dos Diretores e Secretários de Conselhos de Educação, conhecido por CODISE.

È com grata satisfação que aqui nos reunimos, no Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro que, desde o primeiro momento do CODISE, esteve presente, inclusive na primeira reunião para os preparativos da criação do mesmo, com a Professora Maria Celi Chaves Vasconcelos. Esta grata participação continuou com o Conselheiro Jorge Luiz dos Santos Magalhães, com a Professora Maria Cecília de Faria Pinto Frei, com a Professora Maria Neomi de Oliveira Knorr, com a Professora Maria Lúcia Ribeiro Rodrigues, Professora Edilamar Nunes Baptista e finalmente com o Professor Nicolau Roberto Feichas. Estas presenças, com certeza, tornaram nossos trabalhos melhores, dando força para o nosso crescimento.

Dizer da satisfação de poder realizar esta reunião no Estado do Rio de Janeiro é tarefa fácil, pois há muito tempo esperávamos por esta oportunidade. Maria Celi já preconizava esta reunião. Estar na Capital cultural do País em muito engrandece nosso Colegiado, que tem contado com o apoio irrestrito dos Conselhos Estaduais de Educação e do Conselho Nacional de Educação. Fica, desde já, o nosso agradecimento ao Presidente Roberto Guimarães Boclin, que articulou forças para a realização deste evento.

Poder contar com a presença do Presidente desta Casa muito gratifica aos Secretários e Diretores de Conselhos de Educação que vem ao Rio de Janeiro em busca da efetivação dos nossos princípios básicos, ou seja a integração das administrações dos Conselhos de Educação, a contribuição para o estreitamento das relações institucionais entre os Conselhos de Educação, a promoção e articulação do intercâmbio de experiências e de estudos específicos, a discussão das questões inerentes às funções técnico-administrativas desenvolvidas nas administrações, garantindo a continuidade dos trabalhos de articulação dos sistemas de educação, a

divulgação das iniciativas e procedimentos legais e técnico-administrativos que possam contribuir para o aperfeiçoamento organizacional dos Colegiados, a contribuição para a qualificação e o aperfeiçoamento de procedimentos tecnológicos nos diferentes colegiados e assegurar a atualização permanente, trabalhando a questão da ética dentro dos Conselhos nos serviços prestados.

E a Ética, um dos temas que estaremos debatendo nesta reunião, é um princípio do qual fazemos questão absoluta de ter como norte nas nossas administrações. Estaremos, também, analisando temas palpitantes, em discussão pelo País inteiro, como a educação a distância, a educação básica de nove anos e a educação profissional.

Nossos trabalhos, nesta terra fértil, com certeza encontram as energias positivas que nos permitirão realizar uma grande reunião. A presença de Secretários e Diretores de todas as regiões do Brasil, em conjunto com os Conselheiros e servidores do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, garantem o sucesso da XIV Reunião Plenária do CODISE.

Hoje, contando com a reunião realizada em Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná, preparatória a criação do Codise, completamos quinze cidades diferentes, proporcionando a quem sedia a reunião a oportunidade de conhecer aos outros Conselhos, verificando que as suas dificuldades ou virtudes são muito parecidas e, aos Colegas participantes, conhecer de perto o funcionamento dos Conselhos pares, buscando o aprimoramento das nossas atividades.

Com os meus agradecimentos ao Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, desejo a todos uma grande reunião e que este seja um momento muito especial, sob as bênçãos do Cristo Redentor.

Obrigado,

Alvaro Barros da Silveira

Presidente do CODISE



**XIV REUNIÃO PLENÁRIA DO COLEGIADO NACIONAL DE DIRETORES E
SECRETÁRIOS DE CONSELHOS DE EDUCAÇÃO – CODISE – RIO DE JANEIRO
18, 19 E 20 DE OUTUBRO**

Pauta

Dia 18/10

15:00 - Solenidade de Abertura

15:15 - Palestra sobre “o Novo Pacto da Educação” - **Conselheiro Roberto Guimarães Boclin** - Presidente do CEE/RJ

16:15 - Pausa Cafezinho

16:30 - Palestra sobre “Ensino Fundamental de Nove Anos” – **Conselheira Irene Albuquerque**, Presidente da Câmara de Educação Básica do CEE/RJ

17:30 - Apresentação das novas Legislações nos CEEs - Coordenação da Vice-Presidente do CODISE, **Carmem Gomes Mendes**

18:30 – A visão do CNE sobre os temas “Educação a Distância”, “Educação de nove anos” – **Emle Graciano Nobre** Assessora da **Conselheira Clélia Craveiro**, Presidente da Câmara de Educação Básica/CNE

19:00 - Encerramento dos trabalhos do dia

Dia 19/10

09:00 - Palestra sobre a “Educação Profissional – **Conselheiro Magno de Aguiar Maranhão** - CEE/RJ

10:00 - Pausa Cafezinho

10:15 – Espaço reservado a Programação Cultural

14:00 - Palestra sobre Educação a Distância

15:00 - Apresentação de cada Conselho Participante sobre a sua Legislação de Educação de nove anos e sobre Educação a Distância - Coordenação da Secretária do CODISE, **Maria Eliete da Silva Cavalcante**

16:30 - Pausa Cafezinho

16:45 - Palestra sobre “Educação Infantil – De quem é a responsabilidade pelas autorizações – **Conselheira Mariza Lannes**, do Conselho Municipal de Educação de Niterói

17:45 – Apresentação, pelos Conselhos participantes de suas experiências no Ensino Superior - Coordenação do Presidente do CODISE, **Alvaro Barros da Silveira**

19:00 - Encerramento dos trabalhos do dia

DIA 20/10

09:00 - Visita ao CEE/RJ, com debate com os servidores sobre o funcionamento do Órgão - Coordenação do Secretário de Informática do CODISE, **Nicolau Roberto Feichas**

10:00 - Palestra sobre a Ética nos Conselhos de Educação – **Conselheiro Padre Jesus Hortal Sánchez** – CEE/RJ

11:00 - Debate sobre o tema Ética

11:30 - Troca de experiências - 10 minutos para cada Conselho Participante expor a forma de funcionamento e o momento atual do seu Conselho – Coordenação **Benedita do Socorro Medeiros e Silva** – Ex-Presidente do CODISE

13:30 - Almoço

14:30 - Visita Cultural a Cidade do Rio de Janeiro

16:30 - Encerramento Oficial da XIV Reunião Plenária do CODISE



XIV REUNIÃO PLENÁRIA DO COLEGIADO NACIONAL DE DIRETORES E SECRETÁRIOS DE CONSELHOS DE
EDUCAÇÃO – CODISE – RIO DE JANEIRO
18, 19 e 20 de outubro de 2006

SOLENIDADE DE ABERTURA

Os trabalhos tiveram início às 14h30, do dia 18/10/2006, com a solenidade de abertura. A sessão foi presidida pelo Presidente do CODISE, Álvaro Barros da Silveira, que convidou o Presidente do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, Conselheiro Roberto Guimarães Boclin, a tomar assento à mesa. Após saudar e dar as boas-vindas a todos, o Presidente do CODISE proferiu o discurso de abertura. Fez a apresentação de todos os participantes e apresentou a programação do evento. Agradeceu a presença do Presidente do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro e o apoio dado para a realização do evento. Disse que os Diretores e Secretários de Conselho de Educação vieram ao Rio de Janeiro em busca da efetivação dos princípios básicos do CODISE. Lembrou que a ética será o tema de uma das palestras e que faz questão absoluta de tê-la como marca das atividades. Serão analisados temas palpitantes em discussão pelo País, como educação a distância, o ensino fundamental de 9 anos e a educação profissional. Os estudos cairão em terra fértil e, com certeza, encontrarão energias positivas que permitirão realizar uma grande reunião. A presença de Secretários e Diretores de Conselhos de Educação de todas as regiões do Brasil, em conjunto com os Conselheiros que compõem o Conselho Estadual do Rio de Janeiro, garantirão o sucesso da XIV Reunião Plenária do CODISE. Lembrou que, com a primeira reunião preparatória para a criação da instituição e a que ora se realiza, já são quinze encontros realizados em diferentes cidades, oportunizando um melhor conhecimento dos colegas e do funcionamento dos conselhos, buscando sempre o aprimoramento das atividades. Agradeceu ao Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, à Presidente do Conselho de Educação do Ceará e Vice-Presidente do Fórum – Região Centro-Oeste, desejando a todos uma grande reunião e que o momento seja todo especial sob as bênçãos do Cristo Redentor. Passou a palavra ao Presidente do CEE/RJ, Conselheiro Roberto Guimarães Boclin. O Presidente do CEE/RJ saudou a todos na pessoa de sua colega Conselheira Guaraciara Leal, Presidente do Conselho de Educação do Ceará. Falou de sua alegria e satisfação em sediar o evento no Rio de Janeiro e que todo o esforço para que isto acontecesse deve-se ao entusiasmo do Secretário Geral do CEE/RJ, Prof. Feichas, que venceu, com muita dedicação, juntamente com sua equipe, inúmeras dificuldades, principalmente em ano eleitoral, que seja motivo para bem receber a todos. Vocês trouxeram chuva, disse o Presidente e porque estavam na seca é motivo de satisfação, espero que todos gostem do Conselho e da cidade e que o Pão de Açúcar e o Cristo Redentor apareçam por entre as nuvens.



XIV REUNIÃO PLENÁRIA DO COLEGIADO NACIONAL DE DIRETORES E SECRETÁRIOS DE CONSELHOS DE
EDUCAÇÃO – CODISE – RIO DE JANEIRO
18, 19 e 20 de outubro de 2006

1ª Palestra: Tema: “O Novo Pacto da Educação”

Expositor: Conselheiro Roberto Guimarães Boclin, Presidente do
CEE/RJ.

O expositor falou das transformações porque passou a humanidade desde a antiguidade até os dias atuais, atingindo todas as atividades e setores incluindo a família e a educação. O conhecimento é a variável estratégica dos tempos modernos. Prevalece a incerteza no futuro, mas já se vive o início de uma nova revolução educacional que será muito profunda e busca encontrar novos caminhos, no campo da democracia, da eficácia e da liberdade. Compete ao educador a descoberta dos caminhos que conciliarão o processo educativo com as reformas sociais e econômicas, corrigindo as imperfeições e as distorções de correntes do progresso acelerado das instituições. Vivemos num mundo de incertezas e o futuro é uma perspectiva indefinida e de difícil construção.

O NOVO PACTO DA EDUCAÇÃO

Roberto Boclin*

A - Introdução

Um dos mais profundos estudos do conflito autoridade x liberdade está na obra de Shakespeare “JÚLIO CÉSAR” onde o bem público, as ambições e os interesses pessoais se chocam na descrição poética de um dos maiores autores que a humanidade conheceu.

“O mal que os homens fazem vive depois deles, o bem é quase sempre enterrado com seus ossos”, disse Marco Antonio ao povo, no seu discurso nas escadarias do Senado Romano, procurando inverter os rumos da conspiração que levou ao assassinato de César.

Quem ler a obra do poeta de Stratford certamente ficará com a convicção de que a alma humana dos tempos modernos é a mesma que o inspirou e talvez seja o único atributo que não se alterou com a evolução social, política e tecnológica até os dias de hoje.

E o que mudou? Para uma análise mais reflexiva é possível dizer que com a queda “Muro de Berlim” e o fim da “Guerra Fria”, o que parecia inacreditável ocorreu na fração do tempo e, de repente, a discussão filosófica alimentadora de duas poderosas ideologias perdeu sentido nas indefinições de perspectivas não totalmente esclarecidas, mas fortemente impactantes.

A “Nova Idade Média”, as sociedades Pós-capitalistas, Pós-industriais ou da Informação são terminologias frequentes que nos revelam a existência de uma Nova Revolução, que sustenta suas bases nas mudanças da produção, nas tecnologias de comunicação e nas novas formas da democracia política.

Impulsionada pela velocidade da passagem da ciência para a tecnologia e pela massificação da informação que se tornou disponível de forma intensiva, a competição tornou-se exarcebada e global.

A mudança de um sistema produtivo para consumo de massas para outro de consumo diversificado gerou profundas transformações sociais.

A posição da inteligência e da criatividade na cúpula das empresas e a organização do trabalho, hierarquizado e repetitivo, do modelo Taylorista, deram origem a uma estrutura plana e aberta, com a inteligência distribuída em todas as fases do processo produtivo e onde as equipes multi tarefa e as plantas multi produtos tornaram-se parte de uma obsessiva busca de alternativas de qualidade e de variedade de oferta determinadas pelo consumidor.

A inovação e a qualidade, novos atributos da sociedade pós-industrial, se de um lado conquistaram papel estratégico nos destinos das organizações, de outro, tornaram-se geradoras do grande contraste social, sendo responsáveis pela desagregação e instabilidade interna das equipes e provocadoras diretas do processo de exclusão de elevados contingentes de trabalhadores.

Simultaneamente, na tecnologia das comunicações as mudanças aceleradas promoveram sentidos impactos nas relações sociais, pela acumulação de informações, pela velocidade da transmissão e pela introdução de multi meios, imagem, som e texto.

Pode-se afirmar que gerou transformações irreversíveis nos conceitos de Tempo, Espaço e Realidade, criando, inclusive a figura da Realidade Virtual, de conseqüências imprevisíveis.

Segundo Neil Postman surge o desaparecimento da infância, promovido por mudanças na estrutura do interesse (o que pensamos), no caráter dos símbolos (com o que pensamos) e na comunidade (onde pensamos).

A Família, em decorrência sofre profundas alterações na sua estrutura social, impulsionada pela corrente da modernidade.

A mulher se incorpora ao mercado de trabalho premida por circunstâncias financeiras e atraída pelas novas possibilidades de crescimento pessoal, abandona a sua função de promotora da estabilidade da família que perde a sua carga afetiva e o seu papel socializador.

O número de filhos, como conseqüência, é drasticamente reduzido e as separações de casais assumem proporções inesperadas. Apenas 50% das crianças de hoje vivem com a própria mãe ou com o pai durante a infância.

Os adultos perdem a segurança e a capacidade de orientar seus filhos, que em casa defrontam-se com a perversidade de uma educação familiar promovida pela incompetente Televisão, que antecipa, cronologicamente, informações distorcidas e inadequadas sobre Sexo, Violência, Dinheiro, etc.

No mesmo contexto de mudanças introduzidas pela modernidade verifica-se no âmbito político ideológico alterações estruturais marcantes tais como a diluição das fronteiras nacionais, como o Mercado Comum Europeu, o MERCOSUL, a minimização do conceito de cidadania e o surgimento de uma nova democracia transnacional de interesses globais e de visão política voltada para o progresso econômico com a certeza enganosa de que o social será conseqüência.

II-A Educação

Do exposto, verifica-se ser o conhecimento a variável estratégica dos tempos modernos, alimentado pela informação abundante disponível e pela sua capacidade de manejo, que promovem a sua separação definitiva do pensamento.

Prevalece a incerteza no futuro!

Não restam dúvidas que vivemos o início de uma nova revolução educacional e que será profunda em sua proposta.

O sistema tradicional que impôs seqüencialidade e hierarquização por idade na aquisição do conhecimento se depara com a formação permanente e a difusão da informação em todas as idades e no acesso universal a educação

O enfraquecimento do papel social da família e a importância dos meios de comunicação desfazem a distinção entre crianças e adultos destruindo o espaço dos segredos e dos âmbitos.

Não é mais necessário ter competências básicas para ter as informações reveladoras da vida como ela é, a TV cuida de infantilizar os adultos e de amadurecer a criança, provocando a erosão do apoio familiar e a separação entre a família e a escola, com a agravante de que a família mudou e a escola não.

Diante do quadro de incertezas no futuro, a educação busca encontrar os caminhos que a conduzam com segurança ao campo da democracia, da equidade e da liberdade.

Dar prioridade à educação fundamental para todos é um referencial para muitos de democracia e equidade. Para outros se trata de conservadorismo social que privilegia para os pobres o ensino básico e para as elites o acesso ao nível superior.

O outro exemplo trata do papel do Estado cuja função de ação pública estatal na educação tem sido uma prerrogativa dos pensadores de esquerda como garantia da equidade e democracia na formação da cidadania. Porém são numerosos os estudos que revelam a ambigüidade da proposta que aponta para a possibilidade de dominação do Estado desrespeitando as diferenças individuais e a liberdade de expressão.

A expansão das novas tecnologias que parece para alguns antecipar as possibilidades de uma democracia e para outros uma ameaça aos cidadãos reforçando as desigualdades.

Finalmente, a própria razão de ser da educação destinada à formação integral do homem por meio do desenvolvimento de seus atributos, que nos dias de hoje torna-se unanimidade entre pensadores, empresários e governantes.

No contexto das ambigüidades compete ao educador a descoberta dos caminhos que conciliarão o processo educativo com as transformações sociais, econômicas e políticas, corrigindo as imperfeições e as distorções decorrentes do progresso acelerado das instituições.

Vivemos no mundo das incertezas e o futuro é uma perspectiva indefinida e de difícil construção.

A família não participa mais do processo de formação moral, de hábitos de conduta e da personalidade. A educação, por seu turno percebe ser a sua função principal de transmissora de conhecimentos insuficientes no conjunto das necessidades individuais. É preciso conciliar racionalidade com subjetividade, a primeira decorrente do progresso das organizações apoiadas na tecnologia, na administração e na organização social e a segunda nos anseios de liberdade e de desenvolvimento da personalidade e do caráter.

A educação assume o dever de encontrar uma identidade nova que estabelece como objetivo central ser a formadora integral da personalidade.

Neste sentido a função integral da escola precisa ser discutida como de não ser apenas a formadora da base do conhecimento, mas e principalmente a formadora da base da personalidade.

Com a modernização do processo produtivo, atributos como criatividade, juízo de valor, solidariedade, capacidade de trabalho em equipe, capacidade de resolver problemas, ética profissional e tantos outros passaram a ser necessários na formação do cidadão trabalhador. Por outro lado religião, etnias, questões raciais, sociais e outras, estiveram sempre no contexto de neutralidade do processo educativo, mas que nos dias atuais devem ser consideradas como função educativa no sentido de que se suprimam as desigualdades na formação de personalidades múltiplas e distintas nas suas aspirações.

Levar em conta as diferenças individuais é tarefa da escola como se opor à negação da subjetividade é decorrência. Compete à escola integrar as diferenças e favorecer as escolhas na construção de distintas personalidades.

São, portanto, novas funções que conferem à escola difícil missão que se concentra nos estímulos à participação dos grupos para desenvolver os atributos de personalidade e de valorizar a liberdade individual, responsável e criativa. A educação voltada para as equipes, para as turmas, como um núcleo social que progredirá em conjunto, uns apoiando-se nos outros e que as vitórias de uns não signifiquem as derrotas de outros.

Um dos principais obstáculos a ser enfrentado pela nova educação reside no fato de que as relações entre os níveis de educação e a mobilidade social tendem a ser rompidas com o progresso da tecnologia e das atividades produtivas o que de uma certa forma já ocorre nos dias atuais. A oferta de empregos reduzida pela elevação dos níveis de produtividade oferece sempre menos oportunidades de acesso ao mercado de trabalho para os concluintes de diferentes níveis de escolarização, cujos postos passam a ser ocupados por profissionais com competência adquirida em funções de menor compatibilidade com sua formação.

Nesse sentido mais do que antes é indispensável destacar o aspecto universal da educação no sentido de harmonizar a coesão social ameaçada pela incerteza do futuro do progresso profissional dos cidadãos.

Para que seja viável o acesso universal da educação é óbvia a prioridade da educação básica para todos, menos como um processo repetitivo de transmissão de conteúdos em anos de escolarização e mais na tarefa de construção de capacidades e competências para o exercício da cidadania.

Considerando que demograficamente serão menores, gradativamente, as demandas pela educação básica e maiores as de educação permanente, será necessário reformular os conceitos de obrigatoriedade de ensino sempre restritos aos primeiros anos da educação básica.

Um modelo que privilegie o respeito às individualidades e que estimule a construção de núcleos de formação de cidadanias necessita de uma escola autônoma na execução de sua proposta pedagógica. Passar da lógica sistêmica para a lógica da instituição, atribuir à escola a função de ensinar, identificar o essencial no conjunto e no inter-relacionamento de conteúdos e habilidades, a atualização dos professores, a melhoria da qualidade do ensino e tantas outras atribuições típicas de sua gestão.

Planejar, controlar, avaliar, apoiar financeiramente, supervisionar e pesquisar são atribuições passíveis de um órgão central.

A flexibilização, decorrente da autonomia da função escola, destaca o enfrentamento das clientelas heterogêneas, de contextos sócio-culturais distintos e do fato pedagógico de que a aprendizagem tende a ser individual na medida das desigualdades do alunado, ainda que a metodologia seja grupal.

O racionalismo que no passado impunha à educação o papel implícito de qualificadora do processo produtivo, desconhecendo o sentido da atividade social, encontra-se com a subjetividade na encruzilhada de uma nova perspectiva, embora difusa na sua forma.

O mercado de trabalho já não exerce a influência e a atração do passado e a escola na sua concepção perde os fundamentos de sua função de ser passarela entre os dois mundos, da educação e do trabalho.

A perda do sentido da proposta pedagógica é a principal questão dos dias de hoje, na tentativa de encontrar novos fins para a educação.

De um lado os fundamentalistas se opõem à modernização e às propostas integradoras por se tornarem inócuas e sem finalidades concretas.

Por outro lado os neoliberais que pregam o individualismo independente e descompromissado com o social e com o econômico.

O que se verifica diante do radicalismo das posições antagônicas é a necessidade de uma visão democrática viável que resulte na conciliação entre a racionalidade da modernidade produtiva com a subjetividade dos anseios de cultura e liberdade.

A utopia de um sistema educativo que adquira uma nova identidade assumindo papéis que foram da família e abrindo espaços para a formação de personalidades distintas, respeitados os seus atributos psicológicos, sociais, étnicos e políticos, está no elenco das grandes prioridades estratégicas dos novos tempos. O acesso universal ao conhecimento e à cultura concilia os desencantos com a incapacidade do sistema sócio-econômico de promover a incorporação dos contingentes por níveis educacionais e abre condições para o exercício produtivo da criatividade, da liberdade e da cidadania.

■ O autor é Doutor em Educação e Presidente do Conselho Estadual de Educação.



XIV REUNIÃO PLENÁRIA DO COLEGIADO NACIONAL DE DIRETORES E SECRETÁRIOS DE CONSELHOS DE
EDUCAÇÃO – CODISE – RIO DE JANEIRO
18, 19 e 20 de outubro de 2006

2ª Palestra: Tema: “Ensino Fundamental de Nove Anos”

Expositora: Conselheira Irene Albuquerque, Presidente da
Câmara de Educação Básica do CEE/RJ.

A expositora apresentou e explicou em detalhes a Deliberação CEE nº 299, de 3/10/2006, que fixou normas para o funcionamento do ensino fundamental, tendo em vista a Lei nº 11.274/2006. Alguns dados importantes da deliberação, comentados pela expositora: a Educação Infantil continua a atender a população de zero a seis anos, como determina a Constituição; o ensino fundamental atende a população a partir dos seis anos; todas as crianças que completarem seis anos até 30 de abril têm direito à matrícula no primeiro ano do ensino fundamental de nove anos; é obrigatória a implantação a partir do ano letivo de 2007; as instituições de ensino podem administrar a coexistência de dois planos curriculares distintos, o do ensino fundamental de oito anos e o de nove anos, desenvolvidos de forma concomitante ou poderão unificar as duas situações, conforme apresentado. Esclareceu a expositora que a Deliberação foi aprovada por maioria dos Conselheiros, com sete votos a favor e seis votos contra, que consideraram as Leis nºs 11.114, de 1º/5/2005, e 11.274, de 6/2/2006, inconstitucionais. Praticamente, todos os estados presentes participaram da discussão, apresentando a implantação do ensino fundamental de nove anos em seus sistemas de ensino e fazendo inúmeras perguntas à expositora.



XIV REUNIÃO PLENÁRIA DO COLEGIADO NACIONAL DE DIRETORES E SECRETÁRIOS DE CONSELHOS DE
EDUCAÇÃO – CODISE – RIO DE JANEIRO
18, 19 e 20 de outubro de 2006

3ª Palestra: Tema: “Educação Profissional”

Expositor: Conselheiro Magno de Aguiar Maranhão, do CEE/RJ

O expositor apresentou em detalhes a Deliberação CEE/RJ nº 295/2005, de seu relato, que estabelece normas para o credenciamento de instituições e autorização de cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio para o Sistema Estadual de Ensino do Rio de Janeiro. Desenvolveu, entre outros, os seguintes pontos: as diversas possibilidades de desenvolvimento da educação profissional; os princípios norteadores da educação profissional de nível técnico; do credenciamento das instituições e dos cursos; do Plano de Curso; a organização da educação profissional; do aproveitamento de estudos e experiências anteriores; de certificação e dos diplomas.



XIV REUNIÃO PLENÁRIA DO COLEGIADO NACIONAL DE DIRETORES E SECRETÁRIOS DE CONSELHOS DE
EDUCAÇÃO – CODISE – RIO DE JANEIRO
18, 19 e 20 de outubro de 2006

4ª Palestra: Tema: “Educação Infantil – De quem é a responsabilidade pelas autorizações”

Expositora: Conselheira Mariza Lannes, do Conselho Municipal de Educação de Niterói.

A expositora, que também é técnica do CEE/RJ, falou sobre a Educação Infantil na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nas normas do Sistema de Ensino do Rio de Janeiro. Falou do direito à educação e do dever de educar. Mostrou a constituição dos diversos sistemas de ensino: federal, estaduais e municipais e a quem compete autorizar o funcionamento da Educação Infantil. Falou do pacto acordado no Rio de Janeiro no sentido de que quando uma instituição educacional além da Educação Infantil oferece ensino cuja autorização é de competência do Estado, este é quem aprova todos os cursos ou serviços.

EDUCAÇÃO INFANTIL

De quem é a responsabilidade pelas autorizações

EDUCAÇÃO INFANTIL

- 1. Não é etapa de educação obrigatória;**
- 2. Primeira etapa da Educação Básica;**
- 3. Direito da Criança;**
- 4. Opção da Família;**
- 5. Dever do Estado.**

Fundamentação legal

1. Constituição Federal;
2. Constituição Estadual;
3. Lei Orgânica Municipal;
4. Estatuto da Criança e do Adolescente;
5. Lei Orgânica da Assistência Social;
6. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Incumbências dos Municípios

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal.

COMPOSIÇÃO DOS SISTEMAS MUNICIPAIS

I - as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal;

II - as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;

III – os órgãos municipais de educação

Plano Nacional de Educação

1. Quanto às esferas administrativas, a União e os estados atuarão subsidiariamente, porém necessariamente, em apoio técnico e financeiro aos municípios, consoante o art. 30, VI da Constituição Federal.
2. Os quadros a seguir traduzem competências e ações concernentes aos diferentes níveis de governo.

UNIÃO

- 1. Formulação da Política Nacional;**
- 2. Coordenação Nacional;**
- 3. Estabelecimento de Diretrizes Gerais;**
- 4. Assistência Técnica e Financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;**
- 5. Coleta, análise e disseminação de informações educacionais;**
- 6. Regulamentação e normatização pelo CNE;**
- 7. Formação Universitária dos Professores;**
- 8. Fomento à Pesquisa.**

Estados

1. Formulação da Política Estadual;
2. Coordenação Estadual;
3. Execução de Ações Estaduais;
4. Assistência técnica e financeira aos Municípios;
5. Normatização pelo CEE;
6. Autorização, reconhecimento, credenciamento, fiscalização, supervisão e avaliação dos estabelecimentos do seu sistema de ensino;
7. Formação Universitária dos professores;
8. Fomento à pesquisa
9. Formação de Professores na modalidade Normal de nível médio.

Municípios Com Sistema Municipal de Ensino

1. Formulação de Política Municipal;
2. Coordenação de Política Municipal;
3. Execução dos programas e das ações
4. Normatização pelo CME (quando houver);
5. Autorização, reconhecimento, credenciamento, fiscalização, supervisão e avaliação dos estabelecimentos do seu sistema de ensino;
6. Formação Continuada de professores em exercício;
7. Fomento à pesquisa.

Municípios Integrados ao Sistema Estadual de Ensino

1. Formulação de Política Municipal;
2. Coordenação da Política Municipal;
3. Execução dos programas e das ações;
4. Formação continuada de professores em exercício;
5. Fomento à pesquisa.

Cabe aos Conselhos Estaduais de Educação e do Distrito Federal, visando a garantir o cumprimento da legislação vigente no que diz respeito ao desenvolvimento da Educação Infantil em âmbito estadual: Independente de a rede pública estadual manter atendimento às crianças de 0 até 6 anos de idade.

- 1. estabelecer normas e regulamentações para o credenciamento e o funcionamento das instituições de Educação Infantil;**
- 2. subsidiar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Estadual de Educação no que diz respeito à Educação Infantil e à formação dos profissionais que irão atuar na área;**
- 3. manifestar-se sobre questões relativas à Educação Infantil e à formação dos profissionais da área;**
- 4. assessorar a Secretaria de Educação no diagnóstico dos problemas e deliberar sobre medidas para aperfeiçoar a melhoria do cuidado e da educação da criança de 0 até 6 anos de idade;**
- 5. emitir pareceres sobre assuntos da área educacional por iniciativa de seus conselheiros ou quando solicitado pela Secretaria de Educação ou pelos sistemas municipais no âmbito do estado;**
- 6. articular-se com o CNE e os Conselhos Municipais de Educação;**
- 7. analisar e emitir pareceres sobre questões relativas à aplicação da legislação educacional no que diz respeito à Educação Infantil e sua articulação com os outros níveis.**



XIV REUNIÃO PLENÁRIA DO COLEGIADO NACIONAL DE DIRETORES E SECRETÁRIOS DE CONSELHOS DE
EDUCAÇÃO – CODISE – RIO DE JANEIRO
18, 19 e 20 de outubro de 2006

5ª Palestra: Tema: “Informática”

Expositor: Nicolau Roberto Feichas, Secretário-Geral do CEE/RJ

O expositor, que é técnico e exímio conhecedor de informática, deu verdadeira aula sobre o uso da informática nos trabalhos dos Conselhos. Mostrou as possibilidades de escolher agências sem ônus para o poder público. Como Secretário de Informática do CODISE, apresentou como será a página do CODISE, integrada com o site do Fórum, a pedido da Presidente. Nosso Colega Feichas alertou para o fato de termos diversas possibilidades de utilização de programas que melhorariam em muito nosso trabalho do dia a dia, sendo encontrados gratuitamente na Internet. Apresentou como a informática é utilizada no Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, e os projetos que estão em via de implantação, possibilitando ao usuário rápido acesso à informação.

Ficou claro a importância de contarmos com o Professor Feichas na coordenação de informática do CODISE, pois é um verdadeiro mestre da informática.



**XIV REUNIÃO PLENÁRIA DO COLEGIADO NACIONAL DE DIRETORES E SECRETÁRIOS DE CONSELHOS DE
EDUCAÇÃO – CODISE – RIO DE JANEIRO
18, 19 e 20 de outubro de 2006**

6ª Palestra: Tema: “Ética dos Conselhos de Educação”

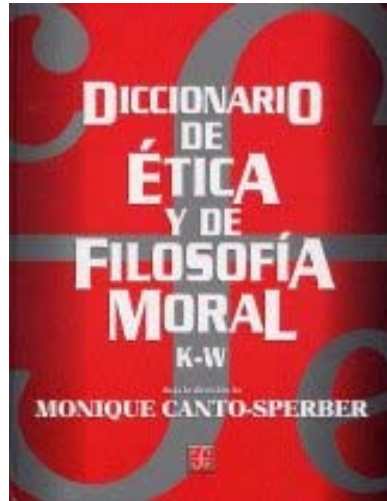
Expositor: Conselheiro Pe. Jesus Hotal Sánchez, do CEE/RJ.

O expositor, que também é Reitor da PUC do Rio de Janeiro, deu uma aula sobre ética, de maneira simples, clara, sintética. Iniciou definindo e explicando a origem das palavras: ética, do grego e moral, do latim. A ética no serviço público deve se pautar pelos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. A ética na atuação dos conselhos: as relações internas, as relações externas, com os petionários, com a Secretaria de Estado de Educação, com os órgãos de inspeção e controle, com as instituições particulares, nunca se deixando levar pelos interesses pessoais.



Ética nos Conselhos de Educação

Pe. Jesus Hortal, S.J.
Reitor da PUC-Rio



Ética (de εθος) ou Moral (de "mos")?

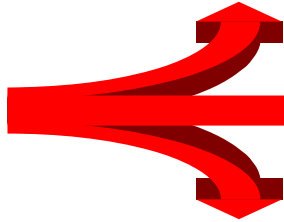
-Mundo grego e mundo romano-cristão

-O uso eclesiástico

-A deturpação do moral (moralismo)

Três concepções da Ética

Positivismo jurídico-moral



Racionalismo pleno

Ética cristã: a razão que se alicerça na revelação e na fé

Ética cristã ou Moral cristã



Moral laica?



Pois o Senhor, vosso Deus, é o Deus dos deuses e o Senhor dos senhores, o Deus grande, poderoso e terrível, que não faz acepção de pessoas nem recebe peitas; que faz justiça ao órfão e à viúva, e ama o estrangeiro, dando-lhe pão e roupa. Pelo que amareis o estrangeiro, pois fostes estrangeiros na terra do Egito (Dt 10,17-19)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA QUER
UMA DISTRIBUIÇÃO EQUITATIVA...



... DOS SACRIFÍCIOS
E DA RESPONSABILIDADE.



ESTOU A VER.



UNS PORTUGUESES FICAM COM OS SACRIFÍCIOS
E OUTROS COM A RESPONSABILIDADE.



Princípio da equidade: de cada um segundo a sua capacidade; para cada um segundo a sua necessidade



Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de

- legalidade,
- impessoalidade,
- moralidade,
- publicidade
- eficiência

A Ética na atuação interna nos Conselhos:

- 1. O relacionamento com as outras pessoas que atuam no Conselho*
- 2. Conflitos de interesses*
- 3. O sigilo das informações*
- 4. Os favores e os presentes*
- 5. O espírito de responsabilidade*

As relações externas dos Conselheiros

- 1. Relações com os peticionários.*
- 2. Relações com as secretarias de Estado*
- 3. Relações com outros órgãos de inspeção e controle.*
- 4. Relações com o setor particular*
- 5. Relações com os meios de comunicação*
- 6. Relações com a sociedade*



Comissões de ética nos Conselho Estaduais?

ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO PLENÁRIA DO COLEGIADO NACIONAL DE DIRETORES E SECRETÁRIOS DE CONSELHOS DE EDUCAÇÃO – CODISE, realizada nos dias dezoito, dezenove e vinte de outubro de dois mil e seis, na sede do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, sob a presidência de Álvaro Barros da Silveira, com a presença dos representantes dos Conselhos Estaduais de Educação do Acre, Suely Amélia Bayúm Cordeiro, de Alagoas, Leila Amacy Lopes Cruz, do Amapá, Wandinalva da Costa Chagas dos Santos, do Amazonas, Maria Eliete da Silva Cavalcante, do Ceará, Raimunda Aurila Maia Freire e Guaraciara Barros Leal, do Distrito Federal, José Durval de Araújo Lima, de Goiás, Carmem Gomes Mendes, do Maranhão, Ana Célia Vale Martins, do Mato Grosso, Eloysa Maria Teixeira Alves e Catarina Auxiliadora, do Mato Grosso do Sul, Romilda Paracampos de Almeida, de Minas Gerais, Leda Maria Tavares Pereira e Mirian Chaves Rage, do Pará, Benedita do Socorro Medeiros e Silva, do Rio de Janeiro, Nicolau Roberto Feichas, do Rio Grande do Sul, Maria da Graça Fiorioli, de Santa Catarina, Álvaro Barros da Silveira, de Sergipe, Simone Rocha Barreto do Nascimento e Sayonara Schmidt Santos, do Tocantins, Tibúrcio Gabino de Souza e Emle Graciano Nobre, representante do Conselho Nacional de Educação. Contamos, também, com a participação no evento do pessoal administrativo e técnicos do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro. O Presidente do CODISE abriu o evento convidando todos à acompanharem a execução do Hino Nacional Brasileiro. Concluída essa primeira parte da solenidade de abertura, o Presidente retomou a palavra, cumprimentou os componentes da mesa, Conselheiros, com destaque para o apoio e suporte técnico-administrativo recebidos do CEE/RJ, por sua equipe de funcionários, tendo à frente o Secretário Geral, Prof. Nicolau Roberto Feichas, representantes dos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, proferindo a saudação que constará do relatório do evento. O senhor Presidente iniciou suas palavras demonstrando a sua enorme satisfação em realizar a XIV Reunião Plenária do CODISE, na cidade do Rio de Janeiro na sede daquele CEE. Falou dos objetivos da instituição, destacando o congregar dos representantes da área de apoio dos Conselhos Estaduais, Municipais e Nacional de Educação, visando um trabalho compartilhado e a troca de experiências, numa articulação positiva dos sistemas de ensino. Agradeceu a presença do Presidente do CEE/RJ, Conselheiro Roberto Guimarães Boclin, dizendo que os Diretores e Secretários de Conselhos de Educação vieram ao Rio de Janeiro em busca da efetivação dos princípios básicos do CODISE: integração das administrações dos Conselhos de Educação, contribuição para o bem das relações institucionais, articulações necessárias, troca de experiências e de estudos específicos, discussões inerentes às funções técnico-administrativas nas administrações para garantir a continuação dos trabalhos de articulação dos sistemas de educação, divulgação das iniciativas e procedimentos legais e técnico-administrativos que possam contribuir para o aperfeiçoamento organizacional dos Conselhos, a contribuição para a qualificação e o aperfeiçoamento de procedimentos tecnológicos dos diferentes Colegiados que atuam de maneira permanente trabalhando a questão da ética dentro dos Conselhos. Lembrou que, a ética é o tema de uma das palestras e que faz questão absoluta de tê-la como marca das atividades. Foram analisados temas palpantes em discussão pelo País, como educação à distância, o ensino fundamental de 9 anos e a educação profissional. Os estudos cairão em terra fértil e, com certeza, encontrarão energias positivas que permitirão realizar uma grande reunião. A presença de Secretários e Diretores de Conselhos de Educação de todas as regiões do Brasil, em conjunto com os

Conselheiros que compõem o Conselho Estadual do Rio de Janeiro, garantirão o sucesso da XIV Reunião Plenária do CODISE. Lembrou que, com a primeira reunião preparatória para a criação da instituição e a que ora se realiza, já são quinze encontros realizados em diferentes cidades, oportunizando um melhor conhecimento dos colegas e do funcionamento dos Conselhos, buscando sempre o aprimoramento das atividades. Agradeceu ao Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, à Presidente do Conselho de Educação do Ceará e Vice-Presidente do Fórum – Região Centro-Oeste, desejando a todos uma grande reunião e que o momento seja todo especial sob as bênçãos do Cristo Redentor. Ato contínuo, passou a palavra ao palestrante Conselheiro Roberto Guimarães Boclin com o tema: “a Educação Nacional”. O mesmo iniciou sua palestra saudando a todos na pessoa de sua colega, Conselheira Guaraciara Leal, Presidente do Conselho de Educação do Ceará; falou de sua alegria e satisfação em sediar o evento no Rio de Janeiro e que todo o esforço para que isto acontecesse, deveu-se ao entusiasmo do Secretário Geral do CEE/RJ, Prof. Feichas, que venceu, com muita dedicação, juntamente com sua equipe, inúmeras dificuldades, principalmente em ano eleitoral, e que seja motivo para bem receber a todos. “Espero que todos gostem do Conselho e da cidade, e que o Pão de Açúcar e o Cristo Redentor apareçam por entre as nuvens”. O sobredito Conselheiro, também falou das transformações que a humanidade passou desde a antigüidade até os dias atuais, atingindo todas as atividades e setores incluindo a família e a educação. O conhecimento é a variável estratégica dos tempos modernos. Prevalece a incerteza no futuro, mas já se vive o início de uma nova revolução educacional, que será muito profunda e busca encontrar novos caminhos, no campo da democracia, da eficácia e da liberdade. Compete ao educador, a descoberta dos caminhos que conciliarão o processo educativo com as reformas sociais e econômicas, corrigindo as imperfeições e as distorções de correntes do progresso acelerado das instituições. Vivemos num mundo de incertezas e o futuro é uma perspectiva indefinida e de difícil construção. Dando continuidade, facultou a palavra à Conselheira Irene Albuquerque, Presidente da Câmara de Educação Básica do CEE/RJ, proferindo a palestra tendo como tema: “Ensino Fundamental de Nove Anos”. A palestrante explicou em detalhes a Deliberação CEE nº 299, de 3/10/2006, que fixou normas para o funcionamento do ensino fundamental, tendo em vista a Lei nº 11.274/2006. Alguns dados importantes da deliberação comentados pela expositora: a Educação Infantil continua a atender a população de zero a seis anos, como determina a Constituição; o ensino fundamental atende a população a partir dos seis anos; todas as crianças que completarem seis anos até 30 de abril têm direito à matrícula no primeiro ano do ensino fundamental de nove anos; é obrigatória a implantação a partir do ano letivo de 2007; as instituições de ensino podem administrar a coexistência de dois planos curriculares distintos, o do ensino fundamental de oito anos e o de nove anos, desenvolvidos de forma concomitante ou poderão unificar as duas situações, conforme apresentado. Esclareceu a expositora que a Deliberação foi aprovada pela maioria dos Conselheiros, com sete votos a favor e seis votos contra, que consideraram as Leis nºs 11.114, de 1º/5/2005, e 11.274, de 6/2/2006, inconstitucionais. Praticamente, todos os Estados presentes participaram da discussão, apresentando a implantação do ensino fundamental de nove anos em seus sistemas de ensino e fazendo inúmeras perguntas à expositora. Dando início a nova palestra, tendo como expositor o Conselheiro Magno de Aguiar Maranhão, do CEE/RJ, tendo como tema: “Educação Profissional”. O expositor apresentou em detalhes a Deliberação CEE/RJ nº 295/2005, de seu relato, que estabelece normas para o credenciamento de instituições e autorização de cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio para o Sistema Estadual de

Ensino do Rio de Janeiro. Desenvolveu, entre outros, os seguintes pontos: as diversas possibilidades de desenvolvimento da educação profissional; os princípios norteadores da educação profissional de nível técnico; do credenciamento das instituições e dos cursos; do Plano de Curso; a organização da educação profissional; do aproveitamento de estudos e experiências anteriores; de certificação e dos diplomas. A terceira palestra teve como tema: “Educação Infantil – De quem é a responsabilidade pelas autorizações”, tendo como expositora a Conselheira Mariza Lannes, do Conselho Municipal de Educação de Niterói. A Conselheira, que também é técnica do CEE/RJ, falou sobre a Educação Infantil na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nas normas do Sistema de Ensino do Rio de Janeiro. Falou do direito à educação e do dever de educar. Mostrou a constituição dos diversos sistemas de ensino: federal, estadual e municipal, e a quem compete autorizar o funcionamento da Educação Infantil. Falou do pacto acordado no Rio de Janeiro no sentido de que, quando uma instituição educacional além da Educação Infantil oferece ensino cuja autorização é de competência do Estado, este é quem aprova todos os cursos ou serviços. A quinta palestra teve como tema: “Informática”, tendo como palestrante Nicolau Roberto Feichas, Secretário-Geral do CEE/RJ. O palestrante, que é técnico e exímio conhecedor de informática, deu verdadeira aula sobre o uso da informática nos trabalhos dos Conselhos. Mostrou as possibilidades de escolher agências sem ônus para o poder público. Como Secretário de Informática do CODISE, apresentou como será a página do CODISE, integrada com o site do Fórum, a pedido da Presidente. A sexta palestra teve como tema: “Ética dos Conselhos de Educação”, com o Conselheiro Pe. Jesus Hotal Sánchez, do CEE/RJ. O expositor, que também é Reitor da PUC do Rio de Janeiro, deu uma aula sobre ética, de maneira simples, clara, sintética. Iniciou definindo e explicando a origem das palavras: ética, do grego e moral, do latim. A ética no serviço público deve-se pautar pelos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. A ética na atuação dos Conselhos: as relações internas, as relações externas, com os peticionários, com a Secretaria de Estado de Educação, com os órgãos de inspeção e controle, com as instituições particulares, nunca se deixando levar pelos interesses pessoais. Momento seguinte, deu-se a troca de experiências. O Presidente apresentou todos os representantes dos Conselhos Estaduais, do Distrito Federal e do Conselho Nacional de Educação. Em seguida, cada representante falou sobre o seu Conselho, as últimas normas aprovadas e os problemas que enfrentam. No segundo dia, houve a continuação das apresentações. Os assuntos predominantes foram: implantação do ensino fundamental de nove anos, ensino a distância e educação profissional. A troca de experiências foi enriquecedora para todos. Após, foi apresentada as novas Legislações dos CEEs, dessa vez sob a Coordenação de Maria Eliete da Silva Cavalcante - Secretária Executiva do CODISE e CEE/AM, que após ouvir todos os Conselhos presentes passou a palavra ao senhor Presidente do CODISE que deu por encerrado os trabalhos. Logo após, deu-se a apresentação de cada Conselho presente sobre o Ensino de Superior – Coordenado pelo Presidente do CODISE senhor Álvaro Barros da Silveira, encerrando-se assim os trabalhos. No dia seguinte, deu-se visita as dependências do CEE/RJ, junto aos seus servidores e sobre o funcionamento daquele órgão, Coordenado pelo Secretário Executivo de Informática do CODISE, Professor Nicolau Roberto Feichas com a troca de experiências expondo a forma de funcionamento e o momento atual do seu Conselho. Ato contínuo, convidou a todos para um passeio cultural na cidade do Rio de Janeiro, que após, deu-se por encerrada a XIV Reunião Plenário do CODISE, com a aquiescência de todos os membros presentes. E, para constar, eu Maria Eliete da Silva Cavalcante, Secretária do CODISE, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelo Presidente do Colegiado Nacional de Diretores e Secretários de Conselhos de Educação – CODISE, Álvaro Barros da Silveira. Rio de Janeiro, 20 de outubro de dois mil e seis.



**XIV REUNIÃO PLENÁRIA DO COLEGIADO NACIONAL DE DIRETORES E SECRETÁRIOS DE CONSELHOS DE
EDUCAÇÃO – CODISE – RIO DE JANEIRO
18, 19 e 20 de outubro de 2006**

CONCLUSÃO

Os trabalhos desenvolvidos na XIV Reunião Plenária do Colegiado Nacional dos Diretores e Secretários de Conselhos – CODISE foram extremamente proveitosos, causando aos participantes uma sensação de dever cumprido. A reunião obedeceu ao ritual do que se espera das reuniões do CODISE. Realizada na sede do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, contou com a participação efetiva dos servidores daquela Casa que deram todo o suporte aos participantes. Ressalte-se a participação dos Conselheiros daquela Casa, seja como palestrantes seja como membros. Recebemos novos Colegas, estreantes na função de Diretores/Secretários, que já demonstraram o seu potencial, engrossando as nossas fileiras. Temos tido gratas surpresas. As mudanças de Diretores/Secretários, que no início do CODISE nos assustavam, vem ocorrendo com naturalidade, trazendo uma grande oxigenação ao grupo. Claro que ficamos saudosos dos amigos feitos nestes anos. Mas, com certeza, o CODISE sobreviverá a todos nós. Os temas abordados, principalmente pela atualidade, trouxeram novos conhecimentos ao Grupo. Finalmente, Parabéns Rio de Janeiro pela brilhante reunião realizada. Obrigado pela recepção calorosa.



XIV REUNIÃO PLENÁRIA DO COLEGIADO NACIONAL DE DIRETORES E SECRETÁRIOS DE CONSELHOS DE
EDUCAÇÃO – CODISE – RIO DE JANEIRO
18, 19 e 20 de outubro de 2006

Troca de Experiências

Após a primeira palestra, o Presidente do CODISE apresentou todos os representantes dos Conselhos Estaduais, do Distrito Federal e do Conselho Nacional de Educação. Em seguida, cada representante falou sobre o seu Conselho, as últimas normas aprovadas e os problemas que enfrentam. No segundo dia, houve a continuação das apresentações. Os assuntos que predominaram foram: implantação do ensino fundamental de nove anos, ensino a distância e educação profissional. A troca de experiências foi enriquecedora para todos. A troca de experiência tem ser tornado um grande momento de nossas reuniões. Tradicionalmente um item da Pauta, foi ganhando espaço, pois todos os participantes querem conhecer o funcionamento dos nossos Conselhos e tirar as dúvidas que vão surgindo. Possibilita um maior entrosamento entre os participantes e, aos novos integrantes, dá a possibilidade de um curso intensivo sobre Conselhos.